

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

Curitiba - PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 03/2023

(Informações Contábeis Trimestrais referentes
ao 3º Trimestre de 2023 findo em 30/09/2023)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em reais)

CONTEÚDO

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Quadro 1 - Balanços Patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às informações trimestrais

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Relatório do auditor independente sobre as informações trimestrais - ITR

Aos Diretores e Acionistas da,
URBS - Urbanização de Curitiba S.A
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A. (“Companhia”)** referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias dos valores correspondentes ao exercício anterior

As informações Trimestrais (ITR) referidas incluem informações contábeis, correspondentes ao resultado, as mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa do trimestre findo em 30 de setembro de 2022, as quais foram anteriormente revisadas por nós conforme relatório de auditoria sem ressalva, emitido em 05 de janeiro de 2023.

As informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas, também, incluem informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, obtidas das demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi conduzido sob nossa responsabilidade, e emitimos relatório de auditoria com data de 12 de abril de 2023, sem ressalvas.

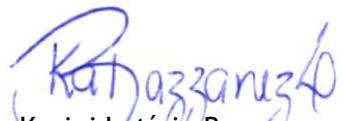
Curitiba - PR, 21 de fevereiro de 2024.

Bazzaneze Auditores Independentes S.S.:

Bazzaneze Auditores Independentes S/S
CRC-PR N° 3.942/O-6
CVM N° 519/3



Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI N° 5344



Karini Letícia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR N° 051096/O-0
CNAI N° 6254

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$)

		Nota	30/09/2023	31/12/2022
ATIVO				
CIRCULANTE			67.309.159,97	66.543.044,64
Caixa e Equivalentes de Caixa	4		44.948.369,72	45.659.082,19
Contas a receber	5		12.738.675,26	11.557.129,91
Adiantamentos à Funcionários			2.468.729,08	895.080,35
Depósitos Judiciais C/P			(815,78)	-
Outras Contas a Receber	06/18		4.797.819,78	6.504.549,92
Impostos à recuperar			951.749,25	946.556,16
Estoques			1.404.632,66	980.646,11
NÃO CIRCULANTE			70.335.309,66	69.201.085,26
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			17.821.211,37	17.397.149,35
Depósitos Judiciais	7		17.279.502,22	16.855.440,20
Empréstimos Compulsórios			325.042,49	325.042,49
Parcelamentos à Receber L/P			216.666,66	216.666,66
INVESTIMENTOS	8		19.327.451,88	19.327.451,88
Imóveis Não destinados a venda			19.285.251,88	19.285.251,88
Outros Investimentos			42.200,00	42.200,00
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	9		33.186.646,41	32.476.484,03
Imóveis			36.951.296,65	36.524.296,65
Equipamentos e instalações			6.417.376,53	6.133.280,08
Veículos			35.062,60	40.720,60
Outras Imobilizações			145.721,59	145.721,59
Intangível			253.181,97	253.181,97
Depreciação e amortização acumulada			(10.615.992,93)	(10.620.716,86)
TOTAL DO ATIVO			137.644.469,63	135.744.129,90

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODOS FINDOS (em R\$)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	30/09/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	94.102.243,40	115.137.443,44
Receita de Prestação de Serviços	94.019.399,40	114.997.157,44
Receita de Revenda de Mercadorias	82.844,00	140.286,00
DEDUÇÕES	(9.483.024,94)	(11.960.733,74)
Impostos e Contribuições s/ Vendas	(9.483.024,94)	(11.960.733,74)
Descontos Incondicionais	-	-
RECEITA LÍQUIDA	84.619.218,46	103.176.709,70
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(56.466.259,84)	(48.134.906,54)
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-	(3.594,68)
LUCRO BRUTO	28.152.958,62	55.038.208,48
DESPESAS OPERACIONAIS	(28.271.286,35)	(57.186.906,27)
Despesas gerais e administrativas	(34.118.973,16)	(33.710.020,13)
Despesas com Vendas	(47.834,10)	(73.167,75)
Despesas financeiras	(1.060.595,75)	(1.410.227,68)
(-) Receitas financeiras	7.090.131,64	5.453.970,11
Variações Monetárias Passivas – Juros s/Parcelamentos	(134.014,98)	(3.968.460,82)
Outras Despesas	-	(23.479.000,00)
RESULTADO OPERACIONAL	(118.327,73)	(2.148.697,79)
OUTRAS RECEITAS	53.430,92	2.182.691,21
PROVISÕES TRIBUTÁRIAS – IR e CSLL	(428.392,00)	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(493.288,81)	33.993,42
Lucro/Prejuízo por lote por mil ações do Capital Social no final do exercício social (em reais)	(4,59)	0,33

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$)

PASSIVO			
	Nota	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		65.815.277,00	63.435.177,46
Fornecedores	10	8.063.988,76	8.356.260,08
Contas a Pagar	11/19	23.149.699,56	23.711.343,49
Salários e ordenados a pagar		1.841.942,76	1.901.431,61
Obrigações Sociais	12	5.965.009,31	5.588.569,46
Obrigações Tributárias	13	5.093.706,37	5.112.115,47
Parcelamentos Tributários	13	(27.088,06)	509.950,42
Precatórios e RPV's		1.791.724,55	1.471.000,57
Provisão p/férias e encargos sociais		11.269.503,08	7.968.789,45
Obrigações por planos comunitários	14	7.399.683,49	7.383.324,47
Adiantamentos de Clientes (FUC)		71.123,16	71.123,16
Outras Contas à Pagar		1.195.984,02	1.361.269,28
NÃO CIRCULANTE		65.883.269,35	65.883.269,35
Valores Vinculados		7.196,80	7.196,80
Provisão para contingências	16	59.329.596,71	59.329.596,71
Obrigações Tributárias - LP	13	1.863.990,86	1.863.990,86
Parcelamentos Tributários - LP	13	4.682.484,98	4.682.484,98
Outras Obrigações - LP		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	5.945.923,28	6.425.683,09
Capital Realizado	17a	107.369.061,00	101.736.172,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Ca	17b	966.858,00	966.858,00
Reservas de Capital		15.850.178,95	21.469.538,95
Reservas de Reavaliação	17c	36.461.957,70	36.461.957,70
Resultados acumulados		(154.208.843,56)	(154.242.836,98)
Resultado do Período		(493.288,81)	33.993,42
TOTAL DO PASSIVO		137.644.469,63	135.744.129,90

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em R\$)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE SUBVENÇÕES E DOAÇÕES P/INVESTIMENTO	TOTAL DE RESERVAS			
SALDOS EM 31/DEZ/2021	85.714.616,00	966.858,00	21.619.360,00	10.188.870,95	31.808.230,95	36.461.957,70	(154.242.836,98)	708.825,67
AUMENTO DE CAPITAL	16.021.556,00	-	(16.000.000,00)	-	(16.000.000,00)	-	-	21.556,00
ADIANT. P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-	-	5.661.308,00	-	5.661.308,00	-	-	5.661.308,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	33.993,42	33.993,42
SALDOS EM 31/DEZ/2022	101.736.172,00	966.858,00	11.280.668,00	10.188.870,95	21.469.538,95	36.461.957,70	(154.208.843,56)	6.425.683,09
AUMENTO DE CAPITAL	5.632.889,00	-	(5.619.360,00)	-	(5.619.360,00)	-	-	13.529,00
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023	107.369.061,00	966.858,00	5.661.308,00	10.188.870,95	15.850.178,95	36.461.957,70	(154.208.843,56)	6.439.212,09

(As notas explicativas integram o conjunto da demonstrações financeiras)

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	30/09/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) do exercício	(493.288,81)	33.993,42
Depreciação e amortização	(4.723,93)	252.729,99
(Aumento)/Diminuição dos Ativos Operacionais	(1.900.889,82)	(7.657.036,47)
Contas a receber	(1.181.545,35)	(4.727.873,32)
Outros direitos realizáveis	1.706.730,14	(459.058,44)
Impostos a recuperar	(5.193,09)	(283.449,18)
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios	(424.062,02)	(1.768.537,66)
Adiantamento a fornecedores	815,78	-
Adiantamento a funcionários	(1.573.648,73)	(345.881,71)
Estoques	(423.986,55)	(72.236,16)
(Diminuição)/Aumento dos Passivos Operacionais	2.380.099,54	(504.409,96)
Fornecedores	(853.915,25)	2.556.767,13
Salários e encargos sociais	3.241.224,78	5.951.503,82
Impostos, taxas e contribuições diversas	(179.007,73)	510.001,17
Provisão para contingências	-	889.392,45
Valores transitórios/Planos comunitários	16.359,02	(49.527,00)
Adiantamentos de clientes	-	54,21
Outras contas a pagar	(165.285,26)	(295.809,79)
Obrigações p/reincorporação de imóveis	-	(10.066.791,95)
Precatórios e RPV's	320.723,98	-
Caixa líquido obtido nas atividades operacionais	(18.803,02)	(7.874.723,02)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Resultado líquido na alienação de Investimentos	-	950.000,89
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(705.438,45)	(292.137,13)
Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades de investimento	(705.438,45)	657.863,76
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	5.632.889,00	1.569.655,00
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	(5.619.360,00)	4.119.360,00
Reserva de Subvenções e Doações p/ Investimento	-	10.066.791,95
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	13.529,00	15.755.806,95
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES	(710.712,47)	8.538.947,69
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	45.659.082,19	12.416.252,67
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO	44.948.369,72	45.659.082,19

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade por ações e de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, declarada de utilidade pública e constituída na forma da Lei Municipal nº 6.155, de 26/jun/80, sendo regida por esta e pela Lei Municipal nº 4.369, de 25 de setembro de 1972.

A Companhia tem por finalidade administrar o Fundo de Urbanização de Curitiba, podendo à conta desses recursos, promover a realização de investimentos em projetos e programas de desenvolvimento Urbano do Município de Curitiba e respectiva Região Metropolitana, bem como a comercialização de equipamentos urbanos.

Consoante legislação específica, a Companhia também exerce os poderes delegados pelo Executivo Municipal para gerenciar, administrar, planejar, disciplinar, fiscalizar e delegar a operação de serviços públicos e de utilidade pública municipais.

De acordo com as diretrizes emanadas do acionista controlador, a Companhia direciona-se prioritariamente para as seguintes atividades:

- Aperfeiçoar o planejamento, o gerenciamento, a operação e a fiscalização dos serviços de transporte coletivo, à curto, médio e longo prazo; e
- Aprimorar a administração e comercialização do uso dos equipamentos urbanos e espaços públicos e tornar os sistemas de deslocamento mais seguro, eficiente e acessível.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

2.1 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em reais de forma comparativa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), bem como com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas informações seguem para fins de apresentação de demonstrações intermediárias o pronunciamento técnico CPC 21 (R1)

Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, e deve ser lida em conjunto com as informações contábeis

individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 (“últimas demonstrações contábeis anuais”).

Este relatório não inclui todas as informações necessárias para um conjunto completo de demonstrações contábeis. No entanto, são incluídas notas explicativas selecionadas para explicar eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e no desempenho da Companhia desde as últimas demonstrações contábeis anuais.

Com a promulgação das Leis no. 11.638/2007 foram alterados, revogados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV da Lei nº. 6.404/76 sobre matéria contábil, com vigência a partir das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e aplicáveis a toda a empresas constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo as de capital aberto e sociedades de grande porte.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Exceto pelas alterações trazidas pelo CPC 47/IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente) e CPC 48/IFRS 9 (Instrumentos Financeiros), as principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2023 são consistentes com as práticas descritas na Nota 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixas	864.231,29	1.176.412,94
Bancos	12.704,78	13.961,23
Aplicações Financeiras	<u>44.071.433,65</u>	<u>44.468.708,02</u>
TOTAL	44.948.369,72	45.659.082,19

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas as modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores a receber planos comunitários	6.949.409,31	6.943.690,29
Contas a receber de permissionários	<u>30.636.701,79</u>	<u>29.460.875,46</u>
TOTAL	37.586.111,10	36.404.565,75
<u>Provisão para crédito de liquidação duvidosa</u>		
Permissionários	(17.848.530,50)	(17.848.530,50)
Planos comunitários	<u>(6.998.905,34)</u>	<u>(6.998.905,34)</u>
TOTAL PCLD	<u>(24.847.435,84)</u>	<u>(24.847.435,84)</u>
CONTAS A RECEBER LÍQUIDO	12.738.675,26	11.557.129,91

A partir do exercício de 2018, a Companhia passou a efetuar registro da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referente aos saldos relativos ao contas a receber relacionado aos Planos Comunitários a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas, cujos saldos estão pendentes à longa data.

Planos Comunitários

A totalidade do saldo de R\$ 6.949.409,31 (R\$ 6.943.690,29 em 31/12/2022) se referem a valores a receber que se encontram vencidos à longa data e, dessa forma, a Companhia a partir do exercício de 2.018 passou a constituir provisão para perdas em decorrência da ausência de expectativa de realização desses créditos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Considerando as características dos valores a receber relacionados aos permissionários e planos comunitários, para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, foram adotados os critérios de dedutibilidade previstos na Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a legislação tributária federal (IRPJ e CSLL) e as contribuições para a seguridade social.

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prefeitura Municipal de Curitiba	724.879,37	966.839,61
Valores a ressarcir – PREFEITURA	-267.258,39	55.997,59
Valores a ressarcir – SETRAN	1.800.230,72	2.802.713,24
Valores a ressarcir – IPPUC	156.365,94	105.749,35
Parcelamentos a Receber (Curto Prazo)	3.606.859,74	3.653.259,73
Contas a receber diversas	(1.223.257,60)	(1.080.009,60)
TOTAL	4.797.819,78	6.504.549,92

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais no montante de R\$ 17.279.502,22 (R\$ 16.855.440,20 em 31/12/2022) está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências em que a Companhia é parte.

8. INVESTIMENTOS

Rubrica registra, substancialmente, os valores relativos aos terrenos e imóveis que são de propriedade da URBS, os quais estão contabilizados a valor de custo, conforme permitido pelo item 56 do pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento. Além disso, a Companhia não está divulgando e tampouco preparou qualquer tipo de análise ou laudo de avaliação a valor justo destas propriedades conforme requerido pelo item 79 do CPC 28 – Propriedade para Investimento. A Administração da Companhia acredita que em muito breve a referida análise será concluída.

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imóveis não destinados à venda	19.285.251,88	19.285.251,88
Outros investimentos	42.200,00	42.200,00
TOTAL	19.327.451,88	19.327.451,88

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os Ativos Imobilizados da Companhia estão compostos conforme tabela abaixo, a qual demonstra, nas últimas colunas, os valores das imobilizações líquidas, por classe de Bens, existentes na data do encerramento do Balanço Patrimonial em 31/12/2022, e comparativamente com as informações trimestrais findas em 30/09/2023:

CONTA	TAXA ANUAL DE DEPRECIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	30/09/2023	31/12/2022
				Líquido	Líquido
Direito de uso de linhas telefônicas	0%	19.155,70	0,00	19.155,70	19.155,70
Edificações	4%	7.955.533,78	-5.414.105,06	2.541.428,72	2.689.063,01
Instalações	10%	957.815,00	-148.656,60	809.158,40	444.132,98
Máquinas e equipamentos	10%	2.008.593,77	-1.651.008,20	357.585,57	337.014,12
Móveis e utensílios	10%	1.800.621,05	-1.466.042,53	334.578,52	275.203,34
Equipamentos de computação	20%	1.650.346,71	-1.640.165,65	10.181,06	11.165,56
Terrenos	0%	3.531.268,78	0,00	3.531.268,78	3.104.268,78
Terrenos (reavaliação)	0%	25.464.494,09	0,00	25.464.494,09	25.464.494,09
Veículos	20%	35.062,60	-35.062,60	0,00	3.677,70
Outros	10 e 20%	126.565,89	-123.180,57	3.385,32	3.690,69
Diversos		0,00	0,00	0,00	0,00
Intangível	20%	253.181,97	-137.771,72	115.410,25	124.618,06
Totais		43.802.639,34	-10.615.992,93	33.186.646,41	32.476.484,03

A Companhia não preparou a análise periódica quanto à vida útil e a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (análise de “impairment”), conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 27 – “Ativo Imobilizado”. Não obstante, considerando que parte substancial do ativo imobilizado da Companhia é composto de Edificações e Terrenos (95,03%) no total de R\$ 31.537.191,59 a Administração entende que a referida análise não implicará em ajustes decorrentes de possíveis perdas relacionadas à recuperabilidade (*impairment*).

Ademais, o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e conseqüentemente, de caixa, sofrem interferência de políticas público-sociais relacionadas ao transporte público municipal e gestão de ativos próprios.

10. FORNECEDORES

A rubrica registra as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, cujo saldo está composto, substancialmente da seguinte maneira:

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores diversos	7.756.069,52	8.123.503,62
Remessas recebidas em consignação	335.372,65	288.495,10
Serviços de terceiros	-27.453,41	(55.738,64)
TOTAL	8.063.988,76	8.356.260,08

O saldo de fornecedores diversos, em 30 de setembro de 2023, está composto conforme quadro abaixo, sendo que o principal saldo se refere à Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

FORNECEDOR	30/09/2023	31/12/2022
Copel Distribuição S/A.	5.256.054,91	6.726.387,17
Obra Prima Tecnologia e Adm.	583.744,26	0,00
Intersept Segurança Ltda.	796.784,47	641.083,01
Evolution Smart.	0,00	368.125,00
Produserv Serviços Ltda.	140.843,68	191.962,08
Jall Cards Cartões e Serviços	333.797,00	0,00
Outros	644.845,20	195.946,36
TOTAL	7.756.069,52	8.123.503,62

O saldo de R\$ 5.256.054,91 se refere ao parcelamento de faturas vencidas até Dezembro/2017, no montante de R\$ 16.806.843,30, que foi parcelado em 100 vezes, das quais 70, no valor de R\$ 11.764.790,26 já foram liquidadas.

11. CONTAS A PAGAR

Correspondem aos compromissos firmados com credores diversos que em 30 de setembro de 2023, estão compostos da seguinte maneira:

	30/09/2023	31/12/2022
Acordo judicial	16.711.031,28	15.434.459,10
Fundação Alpha	409.783,80	894.968,00
Medipar/Unimed	1.377.016,66	1.988.296,91
Shopping Popular/Rua 24 Horas	657.946,83	598.504,79
SSP – Rodoferroviária	252.393,14	252.393,14
Repasse PMC – Estar Eletrônico	3.740.164,25	4.542.721,55
Diversos	1.363,60	0,00
TOTAL	23.149.699,56	23.711.343,49

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Registra as obrigações com impostos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamentos da Companhia, tais como: INSS e FGTS. Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas, a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13.

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
INSS	5.267.843,55	5.128.159,10
FGTS	395.295,76	460.410,36
TOTAL OBRIGAÇÕES SOCIAIS	<u>5.663.139,31</u>	<u>5.588.569,46</u>

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra as obrigações com impostos e contribuições tais como: IRRF, ISS, PASEP, COFINS, etc. Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas, a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária na ordem de R\$ 7.186.470,04 relativos ao período admitido no PERT, que é dos débitos vencidos até 30/04/2017.

Assim, no exercício a empresa efetuou o pagamento relativo à entrada no PERT, sendo o total relativo ao INSS (cujo período admitido no Programa é dos débitos vencidos até 30/04/2017), bem como a quitação das parcelas vencíveis no decorrer do exercício social.

Em 07/12/2018, a Receita Federal do Brasil –RFB publicou a Instrução Normativa nº 1855, dispondo sobre a prestação de informações para fins de consolidação de débitos no PERT, cuja consolidação resultou em liquidação de parte das dívidas com utilização de Prejuízos Fiscais acumulados, no montante de R\$ 5.512.537,15 (cinco milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e trinta e sete reais e quinze centavos).

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRRF	442.551,80	596.261,69
IPTU	389.082,12	389.082,12
IRPJ	1.826.524,14	1.826.524,14
CSLL	678.691,63	678.691,63
CSLL/COFINS/PIS-PASEP	132.200,17	160.184,55
PASEP	1.178.765,25	192.113,61
COFINS	371.995,96	1.232.736,96
ISS	47.954,56	36.520,77
ICMS	25.940,74	0,00
TOTAL CURTO PRAZO	<u>5.093.706,37</u>	<u>5.112.115,47</u>
PASEP	255.730,76	255.730,76
COFINS	1.608.260,10	1.608.260,10
TOTAL LONGO PRAZO	<u>1.863.990,86</u>	<u>1.863.990,86</u>
TOTAL OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	<u>6.957.697,23</u>	<u>6.976.106,33</u>

Parcelamentos tributários

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
INSS – PARCELAMENTO ORDINÁRIO	260.183,71	426.754,81
PERT/DÍVIDA ATIVA	14.598,23	83.195,61
TOTAL CURTO PRAZO	<u>274.781,94</u>	<u>509.950,42</u>
COFINS	4.682.484,98	4.682.484,98
TOTAL LONGO PRAZO	<u>4.682.484,98</u>	<u>4.682.484,98</u>
TOTAL PARCELAMENTOS	<u>4.957.266,92</u>	<u>5.192.435,40</u>

14. OBRIGAÇÕES COM PLANOS COMUNITÁRIOS

As obrigações por planos comunitários têm como origem convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Curitiba, onde a Companhia gerencia as operações de cobrança dos valores a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das suas operações, incluindo processos de naturezas cível, tributária, trabalhista, administrativa e referentes à desapropriações. A Administração reconhece provisões nas demonstrações contábeis de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão no montante de R\$ 34.975.937,42 (R\$ 34.978.232,25 em 31/12/2019) para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/09/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas	29.017.073,81	29.017.073,81
Cíveis, tributários e administrativos	30.265.877,90	30.265.877,90
Desapropriações judiciais	46.645,00	46.645,00
TOTAL	<u>59.329.596,71</u>	<u>59.329.596,71</u>

Processos trabalhistas

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia figura no polo passivo em 153 processos de natureza trabalhista, conforme relatório dos seus assessores jurídicos.

Processos cíveis, tributários e administrativos

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia figura no polo passivo em aproximadamente 578 processos de natureza cível, tributária e administrativa. De maneira geral, os processos cíveis estão relacionados, principalmente à discussão de créditos a receber, multas, indenizações por dano material e moral, entre outros.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Capital Social: O capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 107.369.061,00 (cento e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil e sessenta e um reais), está dividido em 107.369.061 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.
- b) Adiantamento para futuro aumento de capital: Em 30/09/2023, a rubrica mantém registrado o montante de R\$ 966.858,00 relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista majoritário Prefeitura do Município de Curitiba. O referido saldo aguarda a homologação do Conselho Fiscal para ser incluído na conta de Capital Social Realizado.
- c) Reservas de reavaliação: Compreende a avaliação patrimonial (*Deemed cost*) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, principalmente relacionado à edificações e terrenos, contabilizada no balanço de 2016, conforme Nota Explicativa nº 9.
- d) Lucro (prejuízo por ação): O lucro ou prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.

17. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

- a) Composição dos Saldos: Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 estão identificados a seguir:

	30/09/2023	31/12/2022
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
<u>Disponibilidades e recebíveis</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	44.948.369,72	45.659.082,19
Contas a receber de clientes	37.586.111,10	36.404.565,75
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(24.847.435,84)	(24.847.435,84)
Outras contas a receber	4.797.819,78	6.504.549,92
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	8.063.988,76	8.356.260,08
Contas a pagar	23.149.699,56	23.711.343,49
Outras contas a pagar	8.595.667,51	8.744.593,75

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 para os instrumentos financeiros da Companhia para o grupo Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de “Custo Amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

b) Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes e outras contas a receber: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar

c) Gerenciamento de Risco:

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito

Risco de Liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto os parcelamentos tributários e demais obrigações sociais e tributárias, são exigíveis em curto prazo.

Risco de Crédito: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

19. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da Companhia. No exercício, houve considerável melhora nos resultados supra apresentados. Destacam-se nesse panorama, a consolidação do valor positivo do Patrimônio Líquido, o aumento do capital de giro, a notória e considerável melhora nos indicadores econômicos e financeiros e o advento dos pagamentos via precatórios.

Assim, mesmo com a apresentação de contínuos prejuízos operacionais ao longo dos anos, os quais ainda criam dificuldades à Administração na manutenção e ampliação de suas atividades; a continuidade operacional e o equacionamento do passivo financeiro da Companhia vem sendo obtido através da busca de fontes alternativas de recursos, da reestruturação dos negócios da Companhia, do aperfeiçoamento do corpo técnico e da alienação de ativos.

OGENY PEDRO MAIA NETO
Presidente

PEDRO HENRIQUE SCHERNER ROMANEL
Diretor Administrativo Financeiro

Valêncio dos Anjos Narlok
Contador - CRC-PR nº 59.666/O-0

Alexandre Cesar Cavichia
Controle Interno